

**Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África  
CODESRIA**

**11ª Assembleia-Geral: Repensando o desenvolvimento Africano: Além do  
Impasse, Rumo às Alternativas**

***Título: Desenvolvimento de políticas públicas para a inserção da mulher  
angolana no mercado de trabalho<sup>1</sup>***

Aline Pereira<sup>2</sup>

**Introdução**

O processo de integração da economia angolana no mercado global (início da transição para o multipartidarismo em Angola, nos anos 90) reforçou a desigualdade de género no mercado de trabalho. A mulher angolana encontra barreiras para integrar-se no mercado formal de trabalho, para ascender na carreira, para receber maiores salários, para qualificar-se. Apesar das mulheres representarem uma das principais fontes de rendimento dos agregados familiares angolanos, elas ainda são relegadas para posições secundárias no mercado de trabalho, muitas das vezes empurradas para os mercados informais caracterizados pela extrema insegurança e incerteza e onde lhes esperam condições de vida miseráveis.

A discriminação e a desigualdade de oportunidades além de obstarem o desenvolvimento da angolana comprometem o desenvolvimento da sociedade como um todo, a nível, económico, social e humano, dado o peso da mulher a todos estes níveis. Tal problema tem sido reconhecido por organizações internacionais e doadores, a par das ONG nacionais, que apesar dos esforços e projectos desenvolvidos nesta área não se podem obviamente substituir ao Estado enquanto actor central capaz de delinear uma estratégia nacional de combate ao problema.

A actual desigualdade de género no mercado de trabalho em Angola deve-se basicamente a três factores centrais:

1) A migração de grande parte das famílias da área rural para a capital do país devido à guerra civil que, com algumas interrupções, se estendeu desde a independência em 1975 até 2002 (assinatura do memorando de paz). A súbita concentração de pessoas nas áreas urbanas gerou uma procura acentuada por trabalho e as mulheres, com poucas ou nenhuma qualificações, foram especialmente afectadas;

---

<sup>1</sup> Este trabalho beneficiou de uma pesquisa de campo realizada nos meses de Agosto e Setembro de 2004 em Luanda. Para a elaboração deste trabalho, além da recolha documental, foram consideradas entrevistas realizadas em estruturas governamentais (nomeadamente o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social - MAPESS, o Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional - INEFOP e o Ministério da Família e Promoção da Mulher - MIINFAMU), em ONG's, fundações e outras organizações da sociedade civil, mediante o seu grau de envolvimento (directo ou indirecto) no processo de inclusão género no mercado de trabalho.

<sup>2</sup> Doutoranda em Economia dos Recursos Humanos a realizar-se no Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa -ISCTE -Lisboa.

2) A instabilidade do quadro económico na passagem da primeira república para a segunda república, caracterizada pelo processo de transição para o multipartidarismo e economia de mercado. O processo de liberalização económica em Angola (com a transição de uma economia planificada de tipo Socialista para uma economia de mercado a partir de 1992), implicou transformações que não ficaram restritas à esfera produtiva, influenciando consequentemente a questão de género e mercado de trabalho urbano, tanto na sua dimensão formal como informal.

3) A negligência do governo em relação a políticas públicas que de alguma forma protegessem as mulheres dos efeitos da transição económica e das transformações daí decorrentes para o mercado de trabalho. As intensas políticas de privatização e de liberalização económica não acautelaram a situação das camadas trabalhadoras em geral e da mulher em particular.

Este trabalho argumenta que, até ao presente momento, as políticas relacionadas com a questão do género têm sido negligenciadas pelo governo angolano, ainda que as mulheres sejam uma das camadas sociais mais afectadas pelo processo de transição para a economia de mercado. Independentemente do quadro de economia de mercado liberal que vigora em Angola, o Estado deve desempenhar um papel central, desenvolvendo políticas públicas que favoreçam a inclusão da mulher no mercado de trabalho em condições de justiça e igualdade, sendo que o desenvolvimento económico, social e humano do país como um todo também passa necessariamente pela solução deste problema, dado o peso económico e social da mulher na sociedade angolana.

Tendo em conta a argumentação que se irá desenvolver, o presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro pretende evidenciar o impacto da guerra civil angolana no mercado de trabalho urbano feminino (principalmente no que se refere à migração da população camponesa para os grandes centros urbanos). O capítulo segundo analisa o impacto do processo de liberalização económica no mercado de trabalho urbano feminino. O terceiro e último capítulo aborda o problema da falta de acções desenvolvidas pelo governo angolano no período de liberalização relacionadas com a inclusão da mulher no mercado de trabalho urbano, tendo quatro eixos preferenciais de análise: a) estruturas institucionais de apoio a mulher b) participação da mulher angolana nas estruturas centrais e locais do estado; c) sistema educacional e inserção da mulher no mercado de trabalho; d) o papel exercido pela sociedade civil na inclusão da mulher no mercado de trabalho; e) alguns constrangimentos estruturais inerentes à natureza do sistema político angolano igualmente obstando à inclusão justa e igualitária da mulher no mercado de trabalho.

## **CAPÍTULO I - O impacto da guerra civil no mercado de trabalho urbano**

A dinâmica do mercado de trabalho em Angola foi gravemente afectada pela guerra civil que se iniciou meses antes da independência. A guerra trouxe a desestruturação económica e social do país, afectando primeiramente e de sobremaneira as zonas rurais onde até então vivia cerca de 74% da população angolana, sendo que por altura da independência estimava-se que 60% de toda a força de trabalho angolana

trabalhava na agricultura<sup>3</sup>. O conflito armado interrompeu as actividades agrícolas<sup>4</sup>, levou ao encerramento da maioria do parque industrial<sup>5</sup>, à destruição de pontes, estradas, barragens e caminhos-de-ferro<sup>6</sup> e à ruptura gradual do sistema de saúde e de educação.

O Estado não se mostrou capaz de garantir a segurança da população camponesa e todo o cenário violência - o medo dos massacres, da queima das habitações, das pilhagens, dos raptos e das violações -, fez com que parte significativa desta população abandonasse o interior do país e migrasse para os centros urbanos mais próximos em busca de trabalho e de segurança.

De forma progressiva, essencialmente nos finais dos anos 70 e sobretudo ao longo dos anos 80 (quando os conflitos subiram de intensidade em virtude do maior apoio externo conseguido pela UNITA junto da administração Reagan nos EUA<sup>7</sup>) as populações rurais foram-se sentindo crescentemente atraídas pelas cidades, mais seguras do ponto de vista militar. Este progressivo movimento migratório aumentou a procura de emprego nas áreas urbanas. Contudo, apesar de mais seguras as cidades ainda assim não abundavam em empregos disponíveis, abrindo-se deste modo o caminho ao enorme desenvolvimento do mercado informal, desde logo especialmente ocupado pelas mulheres. De acordo com a tradição angolana, no campo a responsabilidade de cuidar dos filhos e sustentar a família é da mulher por meio do cultivo da terra, da busca por água e por lenha. Na cidade a mulher continuou com estas responsabilidades. Com níveis muito baixos de escolaridade ou analfabetas, sem disporem de um capital para iniciarem um negócio legal e, por vezes, utilizando-se da experiência adquirida no pequeno comércio agrícola, o mercado informal foi o caminho encontrado pela angolana para sobreviver na cidade e contribuir para o sustento da família.

Chegado o fim do conflito com os acordos de paz de Bicesse (1991) e as primeiras eleições multipartidárias em 1992, existia a enorme esperança dentro e fora do país de que a situação pudesse ser revertida, a produção retomada e a reconstrução iniciada. As expectativas saíram goradas e a guerra civil reiniciou-se ainda antes da divulgação oficial dos resultados eleitorais que a UNITA contestou, optando uma vez mais pelo recurso às armas. O renovado conflito atingiu então proporções muito superiores em relação aos 16 anteriores anos de guerra, afectando pela primeira vez de forma directa o centro das cidades e estendendo-se à quase totalidade do território. As zonas rurais foram intensamente minadas, sendo as mulheres e crianças as principais vítimas destes engenhos explosivos; as mulheres por terem que trabalhar nas lavras e as

---

<sup>3</sup> Ver Somerville, Keith, *Angola: Politics, Economics and Society*, (London: Frances Pinter, 1986) pp.96–97.

<sup>4</sup> Nomeadamente as culturas de sisal, algodão, açúcar, tabaco, frutas e principalmente a cafeicultura que até a independência era um produto de peso nas exportações (de 1946 a 1972, o café foi o principal produto de exportação de Angola. O “ciclo do café” terminou em 1973 quando o petróleo se tornou o primeiro produto de exportação). Para mais informações ver ROQUE, Fátima Moura. *Construir o Futuro em Angola*. (Oeiras: Celta, 1997).

<sup>5</sup> Angola tinha uma indústria têxtil e de vestuário bem desenvolvidas.

<sup>6</sup> As vias-férreas foram construídas a partir de 1909, em decorrência das determinações da Conferência de Berlim – 1885, para facilitar a ocupação do território angolano, destacando-se o Caminho-de-ferro de Luanda-Malange, o Caminho-de-ferro de Benguela, o Caminho-de-ferro do porto de Moçamedes ao Lubango.

<sup>7</sup> Ver Wright, George *The Destruction of a Nation, United States' policy toward Angola since 1945* (London: Pluto Press, 1997).

crianças por acompanharem as mães.<sup>8</sup> Em consequência do aumento da virulência dos confrontos, da insegurança e da instabilidade, o fluxo migratório rumo às cidades aumentou, sendo que à medida que o controle destas era retomado pelas forças governamentais as populações encontravam aí não só a segurança como também a ajuda humanitária fornecida pelas organizações internacionais<sup>9</sup>. As cidades mais visadas pelas novas vagas migratórias eram as cidades litorais e em especial a cidade capital – Luanda.

Com o final do conflito militar em 2002 (morte do líder da UNITA e assinatura do memorando de paz), esperava-se que a situação da sobre-população das cidades melhorasse na medida à medida em que as populações regressassem às suas zonas de origem. Contudo tal não aconteceu no imediato e o quadro sofreu inclusive um certo agravamento, porque para além da população camponesa, ainda se vieram juntar aos migrantes, os deslocados de guerra e os desmobilizados, sendo que em Maio de 2002 o número de deslocados ascendia a cerca de 4 milhões de pessoas ou aproximadamente um terço da população total (ainda que nem todos se tenham dirigido para as cidades)<sup>10</sup>.

Dado que a infra-estrutura produtiva do país (agrícola e industrial) das zonas rurais permanecia (e permanece) por recuperar<sup>11</sup>, a atracção das populações pelas cidades manteve-se, sobretudo porque muitos dos que ao longo dos 27 anos de guerra civil migraram para as cidades, nelas reconstruíram as suas vidas e não estão dispostos a retornar às suas zonas de origem. Actualmente estima-se que cerca de 66% da população angolana vive em áreas urbanas<sup>12</sup>.

A limitação das oportunidades de emprego nas áreas urbanas e o aumento da procura por trabalho causado por todas as vagas de migração, continuou a afectar sobretudo e de sobremaneira a camada mais vulnerável no seio do mercado de trabalho – as mulheres<sup>13</sup>, que constituem a maioria da população angolana<sup>14</sup> e exercem um importante papel na economia nacional, sendo que cerca de 27% dos agregados familiares angolanos são chefiados por mulheres<sup>15</sup> (na maioria dos casos viúvas da guerra civil e mulheres sem marido<sup>16</sup>), ainda que mais da metade das mulheres chefes de

<sup>8</sup> Sobre o problemas das minas em Angola ver entre outros, Human Rights Watch Project, *Still Killing. Landmines in Southern Africa* (New York: Human Rights Watch, 1997).

<sup>9</sup> Vidal, Nuno, *Estratégias de Desenvolvimento Participativo* (Lisboa: ISCTE—Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1997), Dissertação de Mestrado.

<sup>10</sup> Mais de 1,4 milhões eram deslocados confirmados, registrados como beneficiários de programas de ajuda humanitária, dos quais 200 000 eram civis nas áreas de aquartelamento da UNITA; In Relatório das Nações Unidas, *Angola. Os desafios do pós-guerra. Avaliação Conjunta do País* (Pretória: Sistema das Nações Unidas em Angola, 2002). p i.

<sup>11</sup> As minas não detonadas dificultam a recuperação das estradas e o restabelecimento das actividades comerciais (em 35% do território angolano ainda existem suspeitas da presença de minas); in Relatório das Nações Unidas. *Angola. Os desafios do pós-guerra...*Op.Cit. p. 17.

<sup>12</sup> Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e do Instituto Nacional de Estatística - INE. *MICS Inquérito de indicadores Múltiplos. Avaliando a Situação das Crianças e das Mulheres Angolanas no Início do Milénio. Relatório Analítico*. (Luanda: 2003). p.27

<sup>13</sup> Ver CHAGAS LOPES, Margarida. *A Igualdade de Oportunidades como Estratégia Empresarial* in Sociedade e Trabalho n. 6. Lisboa

<sup>14</sup> A relação de masculinidade é de 91%. Relatório do UNICEF e do INE. *MICS Inquérito de indicadores Múltiplos...*Op.Cit. p. 27.

<sup>15</sup> Relatório das Nações Unidas. *Angola. Os desafios do pós-guerra...*Op.Cit. p. 31.

<sup>16</sup> A participação directa das mulheres angolanas no conflito armado foi extremamente limitada. Algumas mulheres chegaram a integrar as tropas, a maioria delas no entanto, participou assumindo actividades

agregados familiares angolanos sejam analfabetas. Em 2002 as mulheres ocupavam 63,5% dos empregos no sector informal e 33% no sector formal<sup>17</sup>. As barreiras prováveis para a inserção das mulheres no mercado de trabalho são barreiras formais de género como no exército, barreiras formais indirectamente tendenciosas tal como a educação formal, barreiras combinadas formal/informal tais como regulamentações rígidas no que diz respeito à gravidez e acompanhamento da criança, barreiras informais incluindo tanto uma rígida regulamentação como opiniões tendenciosas de género<sup>18</sup>.

No sector informal as mulheres não têm nenhum tipo de direitos ou garantias, não contam com o apoio do Estado. Na actividade de comercialização dos mais diversos tipos de produtos, com jornadas diárias de trabalho que chegam a 14 horas<sup>19</sup>, tanto as mulheres que vendem a retalho, como as que vendem a grosso<sup>20</sup>, estão sujeitas a todo tipo de violência, são perseguidas por ladrões e por vezes pela polícia, são discriminadas socialmente devido ao tipo de actividade que exercem, a baixa escolaridade e ao baixo poder aquisitivo<sup>21</sup>.

## **CAPÍTULO II – Transição económica e instabilidade acrescida no mercado de trabalho feminino**

As eleições de 1992 marcam o início da Segunda República, caracterizada pelo processo de transição de um sistema de economia planificada para um sistema de economia de mercado e multipartidarismo. Contudo, o processo começou desde logo num contexto adverso, tendo-se regressado à guerra civil tal como anteriormente referido. Para além da guerra, o processo de transição processou-se de forma pouco coerente, perdido entre resquícios de intervencionismo autoritário e administrativo do governo (ainda em moldes socialistas, mas para servir os interesses clientelistas de toda uma

---

como o cuidado dos feridos, dos deslocados e a produção de alimentos. Ver Keegan, John. Uma história da guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Muitas viviam com as tropas como “esposas de soldados”, voluntária ou forçadamente. As jovens e as mulheres por vezes eram usadas como carregadoras para as tropas. Nas áreas de aquartelamento estabelecidas de acordo com o protocolo de Lusaka foram instaladas cerca de 40000 mulheres e 85000 crianças nos chamados acampamentos de família. Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento -Asdi. Para uma igualdade entre Homens e Mulheres em Angola. Um Perfil das Relações de Género. (Stockholm: 2000).

<sup>17</sup> Ibid. p. 21.

<sup>18</sup> Relatório de Políticas de Redução da Pobreza, Procurando a Equidade e a Eficiência. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. (Luanda: 2000), p. 27.

<sup>19</sup> Mesmo com longas jornadas de trabalho fora de casa, as mulheres continuavam com a responsabilidade pelos trabalhos de casa. Ver Winden, Bob van der. *A family of the musseque. Survival and development in postwar Angola*. (Oxford: WorldView, 1996).

<sup>20</sup> Estas já estabeleceram algumas bases de organização para a comercialização dos seus produtos, no entanto, não conseguem obter uma margem de lucro significativa;

<sup>21</sup> Para uma discussão alargada sobre esta matéria ver DUCADOS, Henda. *Género, Raça e Classe - A Feminização da Pobreza: A Estratificação do Sector Informal Urbano de Luanda*. In I Simpósio Internacional: O Desafio da Diferença. Articulado Género, Raça e Classe. (Salvador: 2000).

classe política no poder desde 1975) e uma desregulamentação descontrolada do mercado – em muitos aspectos próxima de um estilo de “capitalismo selvagem”.<sup>22</sup>

Oficialmente, processo de liberalização da economia angolana não fugiu muito do figurino dominante naquela altura para os países em desenvolvimento (recomendado pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional), nomeadamente no que diz respeito à necessidade de reduzir o tamanho e a presença directa do Estado na economia (reduzindo a administração pública e privatizando o sector empresarial do Estado), o equilíbrio da balança de pagamentos e o controle da inflação. A exemplo de muitos outros países que adoptaram o mesmo figurino, todo o processo de transição foi conduzido sem que o Estado desenvolvesse políticas públicas capazes de proteger os Recursos Humanos envolvidos nesse processo. Tal facto resultou numa massa de pessoas despojadas levadas ao sub-emprego e ao desemprego, já que é no factor trabalho e no domínio do emprego que os reflexos das reestruturações produtivas se fazem sentir de forma mais acentuada<sup>23</sup>. Em 1993 a população desempregada na cidade de Luanda chegou a 24% da População Economicamente Activa - PEA. Desse total 40,6% corresponde aqueles que “tinham trabalho antes mas ficaram desempregados”. As mulheres foram duramente penalizadas neste processo, constituindo 67,6% da massa de desempregados contra 32,4% de homens<sup>24</sup>.

No que toca ao objectivo de reequilibrar as contas públicas os resultados não foram os esperados uma vez que o reinício da guerra (que atingiu proporções superiores às do período anterior) manteve os problemas conjunturais e estruturais do passado: a), fortes pressões para a importação de armamento (ainda que as despesas exactas com armamento não sejam até hoje conhecidas, estima-se que ao longo da década de noventa o governo angolano tenha despendido uma média de 35% das receitas com a defesa e ordem pública)<sup>25</sup>; b) fortes pressões para importações de mercadorias e serviços (durante a década de 90 representaram em média cerca de 81,2% do Produto Interno Bruto, cifra que expressa bem o processo de substituição da produção interna de bens e serviços ocorridos depois da independência, sendo que, neste mesmo período, as importações totais suplantaram as exportações totais em cerca de 19%)<sup>26</sup>; c), forte concentração das exportações no sector do petróleo (entre 1995-1999 a exportação de petróleo correspondeu em média a cerca de 70 a 89% das receitas e a cerca de 85 a 92% das exportações)<sup>27</sup>, devendo aqui acrescentar-se que o número de empregos gerados pela

<sup>22</sup> Ver Messiant, Christine, ‘À propos des “transitions démocratiques”, notes comparatives et préables à l’analyse du cas angolais’, in *Revista Africana Studia*, 2 (2001), pp.61–95; Ferreira, Manuel Ennes, ‘La reconversion économique de la nomenclature pétrolière’, in *Politique Africaine*, 57 (1995), pp.11–26.

<sup>23</sup> CERDEIRA *et al.* (Coord). *As Novas Modalidades de Emprego*. Coleção Cadernos de Emprego nº 24. (Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Lisboa: 2000).

<sup>24</sup> Inquérito Sócio-Demográfico e Emprego na cidade de Luanda. Resultados Definitivos. População, Emprego e Desemprego. INE. Luanda.

<sup>25</sup> Ver *A Crude Awakening: the role of the oil and banking industries in Angola’s civil war and the plunder of the state assets, a report by Global Witness* (London: Global Witness, December 1999); editions online with the following address: [[www.oneworld.org/globalwitness/](http://www.oneworld.org/globalwitness/)]

<sup>26</sup> ALVES DA ROCHA, Manuel José. *Os Limites do Crescimento Económico em Angola. As Fronteiras entre o Possível e o Desejável*. (Luanda: LAC/Executive Center, 2001). pp. 110-111.

<sup>27</sup> *The Oil Diagnostic in Angola: An Update a Backgrounder*. Human Rights Watch. 2001. p.1; ver também International Monetary (IMF), Angola: Recent Economic Development, IMF Staff Country Report Number 00/111, August 2000 pp. 13, 41.

actividade petrolífera é extremamente limitado, situando-se na ordem dos 10.000 Angolanos<sup>28</sup>.

Num contexto de guerra e de liberalização económica desregrada, a economia entrou em desequilíbrio e descontrolo, tendo-se entrado numa situação de hiper-inflação – **1.837,7%** em 1993, **971,87** em 1994, **3.783,98** em 1995, **1.651,31** em 1996<sup>29</sup>. Por outro lado, agravou-se a situação de ruptura da produção agrícola e industrial nacional com índices muito altos de subutilização dos factores de produção. Na década de 90, o grau médio de ociosidade da estrutura produtiva chegou a cerca de 80% no sector industrial<sup>30</sup> e a cerca de 42% no sector agrícola<sup>31</sup>.

Tal como habitual em situações de hiper-inflação num contexto de liberalização descontrolada da economia e paralisia produtiva (exceptuando-se o sector petrolífero), as camadas trabalhadoras são as mais prejudicadas, uma vez são as que menos capacidade detêm para fazer face ao aumento do custo de vida; os salários ajustam-se muito lentamente e os trabalhadores sofrem perdas substanciais de poder de compra<sup>32</sup>. Para além deste problema, surgiu um outro – o desemprego associado aos processos de liberalização e redimensionamento do sector Estatal.

Se a situação era complicada para os trabalhadores que estavam no mercado formal, era-o muito pior para os trabalhadores do mercado informal claramente dominado por mulheres, crianças e adolescentes. Este mercado foi o que mais sofreu os efeitos da inflação continuada. O aumento diário dos preços dos produtos aliado às constantes desvalorizações da moeda nacional em relação ao dólar dificultava o desenvolvimento do pequeno comércio que as mulheres realizavam nos mercados e nas ruas de Luanda. No período que mediava a compra e a venda dos seus produtos (quase todos provenientes de importação e com preços indexados ao dólar), a inflação galopante e a desvalorização do Kwanza em relação ao dólar corroía as suas margens de lucro, a sua capacidade de poupança e reposição do stock de mercadorias a serem vendidas; em tais condições dificilmente se consegue estabelecer um plano de negócio.

Nos finais da década de 90, deu-se nova vaga liberalista, desta vez ao nível da taxa de juros e da taxa de câmbio<sup>33</sup>, tendo-se igualmente introduzido uma nova unidade monetária - o Kwanza -, com o corte de seis zeros na moeda anterior, o Kwanza Reajustado. Contudo, o mercado monetário e o mercado cambial não atingiram os níveis de estabilidade desejados: a dolarização da economia foi acelerada, as taxas de juros dos bancos não reflectiram o real preço do dinheiro, a moeda nacional continuou a depreciar-se, embora tenham ocorrido progressos no controlo da inflação (116,07% em 2001, 105,59% em 2002, 76,57 em 2003, 31,02 em 2004), conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

<sup>28</sup> Centro de Estudos e Investigação Científica- CEIC. Relatório Económico de Angola 2002. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2002. p. 4.

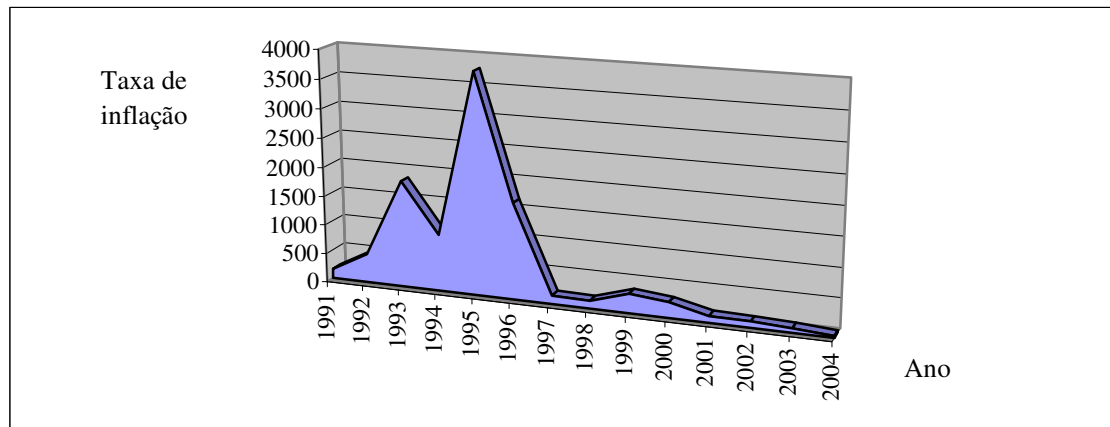
<sup>29</sup> SADC. *Annual inflation rates for the SADC member states 1990 – 2002*. Op. Cit. Table 1.

<sup>30</sup> Para um parque industrial com uma idade tecnológica média de 32.7 anos, onde apenas 32% do equipamento existente com esta idade era considerado como de manutenção aceitável. ALVES DA ROCHA, Manuel José. *Economia e Sociedade em Angola*. Op. Cit. p. 27.

<sup>31</sup> Ibid

<sup>32</sup> LIPSEY, Richard G. *Introdução à Economia Positiva*. (São Paulo: Martins Fontes, 1986). pp. 615-619.

<sup>33</sup> No caso angolano, a política cambial tinha impacto directo na política salarial, com a existência de duas “classes” de trabalhadores, aqueles que recebem em Kwanzas e os que recebem em dólar.

**Gráfico 1:** Taxa anual de inflação de Angola de 1991 a 2004.

Fonte: criação da autora com base em dados da SADC<sup>34</sup> e do BNA<sup>35</sup>.

As novas vagas de liberalização da economia não resolveram os problemas de fundo da economia Angolana, tal como se pode observar mesmo depois da paz do Luena<sup>36</sup> e sobretudo, há que referir que a cada nova onda de liberalização do mercado agravavam-se as condições do mercado de trabalho, especialmente o informal, aquele que mais afectava as mulheres. Tal facto pode ser comprovado pelos dados que mostram este agravamento no final da década de noventa e início de 2000. De acordo com dados de 2000, 65% das mulheres angolanas trabalhavam no sector informal, definitivamente o local de trabalho para as pessoas de mais baixo recurso. Na medida em que do total das mulheres, 27% eram estudantes/aprendizes ou elementos não activos, isso significava que apenas cerca de 23% das mulheres Angolanas trabalhavam nos sectores formais. A questão da educação permanecia igualmente central ao problema, sendo que entre as mulheres Angolanas, a percentagem de boas qualificações educacionais era apenas de 14% ao mesmo tempo que a percentagem de mulheres sem instrução formal ascendia a 85%<sup>37</sup>.

Apesar deste claro efeito nocivo da liberalização ao nível do mercado de trabalho, o governo não desenvolveu políticas concretas que minorassem aquele efeito tal como veremos no capítulo seguinte.

### **Capítulo III - Análise das acções desenvolvidas pelo governo angolano no período de transição.**

<sup>34</sup> SADC. *Annual inflation rates for the SADC member states 1990 – 2002*. Op. Cit. Table 1.

<sup>35</sup> Departamento de Estudos e Estatísticas do Banco Nacional de Angola – BNA. *Evolução Recente da Economia - Dezembro de 2004*. Luanda: 2005. Consulta ao site em Setembro de 2005.

<sup>36</sup> Ver a este respeito por exemplo, Miranda, Arlindo, *Angola 2003/2004, Waiting for Elections*, a report for the Michelsen Institute, 2004, pp.3-5; ou ainda World Bank report n. 29036-AO, *Angola public expenditure, management and financial accountability*, February, 16, 2005,

<sup>37</sup> Relatório de Políticas de Redução da Pobreza, Procurando a Equidade e a Eficiência. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. (Luanda: 2000) pp. 27-31. Ver também Relatório de Desenvolvimento do Banco Mundial (1995) e Progress Against Poverty in Africa, New York: (UNDP: 1998)



### 3.1. Estruturas institucionais de apoio a mulher:

Em Angola a existência de uma estrutura específica para tratar das questões relacionadas à mulher data de antes da independência. Durante a luta armada anti-colonial foi criada a Organização da Mulher – OMA (1962), com o objectivo de promover o papel das mulheres e dar suporte à campanha nacionalista. A OMA além de promover a angolana no seio do MPLA, promovia pequenas acções de formação, protegia-as nas questões familiares, de saúde e de justiça. Com o processo de abertura económica e transição para o multipartidarismo, a OMA deixou de estar relacionada directamente ao governo e passou ao estatuto de organização político-partidária do MPLA. Para assumir as funções da OMA ao nível do governo angolano foi criada a Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher – SEPMD<sup>38</sup> (1991) que posteriormente foi transformada no MINFAMU (1997).

A existência de uma estrutura específica para tratar das questões relacionadas com a mulher em Angola não significa que o governo está realmente a priorizar as questões de género. As acções até agora desenvolvidas pelo MINFAMU são limitadas, incapazes de alterar a realidade das mulheres angolanas, apesar do constante apoio da comunidade internacional aos projectos desenvolvidos por este Ministério. Além disto, o mercado de trabalho não é uma área tida como prioritária nas acções do MINFAMU, estando essencialmente focado nas questões da família, violência (orientação jurídica) e da saúde da mulher (HIV-SIDA, nutrição, cuidados maternos, etc.)<sup>39</sup>. A única referência que existe em relação ao mercado de trabalho, diz respeito ao lançamento de um programa de micro-crédito em 2002 pelo MINFAMU, voltado principalmente para a área rural (agricultura familiar e criação de gado, artesanato, etc.). Contudo, segundo informações dos próprios responsáveis (uma vez que não existem relatórios)<sup>40</sup>, o alcance deste projecto foi bastante limitado devido principalmente à falta de recursos que impediram a sua implementação<sup>41</sup>.

O MINFAMU não é uma prioridade para o governo angolano, no seu primeiro ano de funcionamento, o ministério contava com 300 funcionários para o país inteiro, dentre os quais apenas 22 com nível universitário. De todos os ministérios, o MINFAMU é que o tem menor dotação orçamental, de 0,02%<sup>42</sup>. Esta questão fica mais evidente quando se compara essa dotação com os outros ministérios de baixa dotação orçamental, como por exemplo o MAPESSS, com 0,33%, o Ministério da Assistência e Reinscrição Social – MINARS, com 0,49%, o Ministério da Juventude e Desportos, com 0,35%, e principalmente se comparado com os ministérios de maior dotação orçamental, como o

<sup>38</sup> Relatório de Avaliação das plataformas de Dakar e Beijin. As Mulheres no Ano 2000: Igualdade Entre os Sexos, Desenvolvimento e Paz, Rumo ao Século XXI”. MINFAMU. (Luanda: 2000)

<sup>39</sup> De referir que embora não existam estatísticas em relação ao número de infectados pelo HIV em Angola, sabe-se que pelo menos em Luanda o número de casos aumentou drasticamente na capital Luanda entre prostitutas e mulheres grávidas; ver Miranda, Arlindo, *Angola 2003/2004, Waiting for Elections*, a report for the Michelsen Institute, 2004, p. 6.

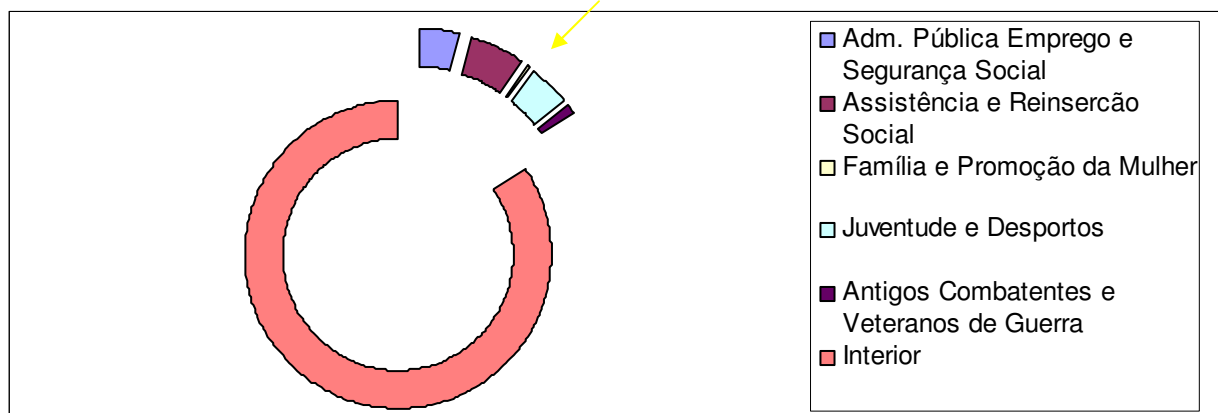
<sup>40</sup> Entrevista com a Direcção Nacional para a Política Familiar, 18 de Agosto de 2003, Luanda.

<sup>41</sup> O Ministério das Finanças está a anunciar para 2006 um programa de micro-crédito com foco especial para as mulheres e os jovens. O Ministério ainda não deu a conhecer os detalhes deste projecto, tais como métodos e objectivos. Para as poucas informações existentes ver [www.minfin.gv.ao](http://www.minfin.gv.ao).

<sup>42</sup> Orçamento Geral do Estado da República de Angola. Exercício 2004. Ministério das Finanças

Ministério do Interior, com 6,83% e o Ministério da Defesa, com 14,30%, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

**Gráfico 02:** Comparação entre os recursos destinados aos diversos ministérios – Orçamento 2004



Fonte: Orçamento Geral do Estado da República de Angola. Exercício 2004. Ministério das Finanças

### 3.2. Participação da mulher angolana nas estruturas centrais e locais:

O processo de inclusão da mulher angolana no mercado de trabalho em condições de justiça e igualdade perpassa pela ampliação da participação feminina em todos os sectores e áreas profissionais já que, ainda hoje, se constata a reduzida participação feminina em áreas e sectores profissionais tidos como tradicionalmente masculinos<sup>43</sup>. Apesar do Estado angolano ser signatário da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres - CEDIW<sup>44</sup>, e da Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento<sup>45</sup> (ambos os documentos defendendo a participação da mulher no mercado de trabalho de forma a garantir uma representação equitativa da mulher e do homem no processo de tomada de decisão a todos os níveis), a participação da mulher não é uma prioridade, sendo que tal facto pode ser constatado tanto a nível do governo central como a nível do governo local:

#### a) A nível do governo central:

Em 2000, de entre os 29 Ministros de Estado, as mulheres eram titulares de 3 pastas e dos 45 Vice-ministros, apenas 5 eram mulheres. No parlamento, do total de 220 deputados, apenas 36 eram mulheres (27 no MPLA, 6 na UNITA, 3 no PLD)<sup>46</sup>.

<sup>43</sup> PERISTA, Heloísa e CHAGAS LOPES, Margarida. *Potencialidades e Vulnerabilidades do Emprego de Mulheres In Organizações e Trabalho*. (Lisboa: 1991)

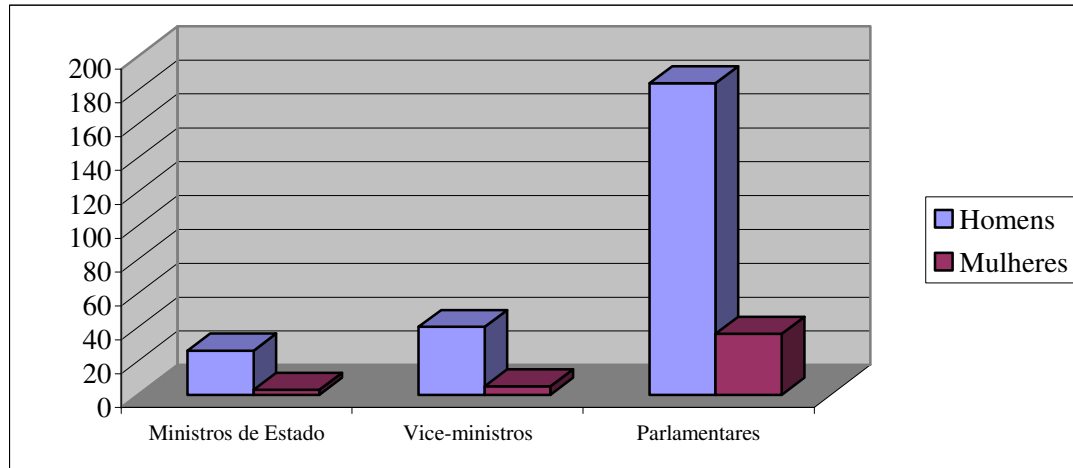
<sup>44</sup> Assinada em 1979 e ratificada em 1984

<sup>45</sup> Assinada em 1997. (De acordo com o artigo H, parágrafo ii: *nos Estados Membros e nas estruturas da SADC deve-se garantir uma representação equitativa da mulher e do homem no processo de tomada de decisão a todos os níveis, e alcançar, até o ano 2005, a meta dos trinta por cento de mulheres nas estruturas políticas e de tomada de decisão*),

<sup>46</sup> Levantamento Estatístico. MINFAMU (sem data). p. 1-2.

Em 1997 na administração pública (a nível nacional) as mulheres representavam cerca de 40% da força de trabalho, sendo que destas, a maioria delas, cerca de 76%, estava a trabalhar como empregadas de limpeza<sup>47</sup>.

**Gráfico 03:** Relação entre a participação de Homens e mulheres no nível superior do governo



Fonte: criação da autora

#### **b) A nível do governo local:**

Em 2002, dentre os 18 governadores de províncias e os 37 vice-governadores, não havia nenhuma mulher. Entre os 161 administradores municipais, apenas 3 eram mulheres e entre os 352 administradores comunais, apenas 5 eram mulheres. Na administração Pública, em 1998, os homens ocupavam cerca de 60% dos empregos e 66% dos cargos profissionais (técnicos, médios e superiores). No poder judiciário as mulheres ocupavam apenas 13,3% dos cargos. Na carreira diplomática o cenário não era diferente, dos 78 embaixadores apenas 6 eram mulheres, dos 56 ministros conselheiros apenas 12 eram mulheres e dos 12 cônsules, 2 eram mulheres<sup>48</sup>.

### **3.3. Sistema educacional e inserção da mulher no mercado de trabalho:**

No período pós-independência o governo realizou acções significativas no que se refere a educação: a), baseou o sistema de educação nos princípios da universalidade, livre acesso e igualdade de oportunidades; b), tornou os primeiros quatro anos de ensino básico obrigatórios para todas as crianças; c), lançou campanhas de alfabetização de adultos, buscando reverter os níveis de analfabetismo do período colonial (cerca de 85% no início da década de 70).<sup>49</sup> Entretanto, uma conjugação de factores sociais e

<sup>47</sup> Também se encontram muitas mulheres no sector de educação e saúde. As mulheres formalmente empregadas estavam activas em sectores que são geralmente afectados por reformas macroeconómicas, por meio da privatização de empresas estatais e da redução de pessoal na administração pública. Para uma igualdade entre Homens e Mulheres em Angola...Op. Cit. p. 12.

<sup>48</sup> *Ibden.* p. 4

<sup>49</sup> Relatório das Nações Unidas. *Angola. Os desafios do pós-guerra...*Op.Cit. p. 26

económicos relacionados com a guerra-civil e com a instabilidade económica influenciou no problema do deficit educacional<sup>50</sup>.

O Sistema de educação em Angola apresenta um índice de desempenho dos mais baixos do mundo e da África<sup>51</sup>. Na origem da baixa qualidade do sistema educativo do país podem ser apresentados diversos factores tais como: deficiente preparação e qualificação do corpo docente, reduzido tempo lectivo, o estado de degradação generalizado das infra-estruturas escolares, a quase inexistência de manuais e outros materiais escolares, a falta de alimentação escolar<sup>52</sup>.

O governo Angolano disponibiliza actualmente poucos recursos para o sector de Educação/formação, e os recursos são consumidos na sua maior parte no pagamento de salários e em despesas administrativas: em 2003 os gastos com o sector de Angola educação/formação representavam 6,24%<sup>53</sup> das despesas orçamentais totais, entretanto deste percentual menos da metade foram gastos com bens e serviços, ou seja, apenas 2,97% traduziu-se em investimentos, já que 3,27%, dos recursos foram consumidos com as despesas com salários e gestão. Em 2004 a situação sofreu um agravamento, apesar das despesas orçamentais totais terem sido aumentados para 10,47%<sup>54</sup>, de facto houve uma diminuição do investimento em educação/formação para 2,37%, já que 8,10% dos recursos foram consumidos com despesas em salários e gestão.

As acções de formação técnico e profissional pública<sup>55</sup> também são deficientes e limitadas, estão centralizadas no Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional -INEFOP<sup>56</sup>. A capacidade de actuação deste instituto é limitada em virtude principalmente da insuficiência de recursos, os gastos com Ensino Técnico e Profissional em 2004 foram 0,36% das despesas orçamentais do sector de educação. Apesar do governo angolano ser signatário das Plataformas de Acção de Dakar e Beijing nenhum dos programas do INEFOP tem qualquer tipo de orientação específica para as mulheres. O MINFAMU não interage com o MAPESS para alterar esta situação.

As mulheres foram especialmente afectadas pelas deficiências do sistema educacional angolano. Durante a guerra muitas crianças tiveram dificuldades em estudar e as raparigas eram preteridas em relação aos rapazes, pois como a família não tinha

---

<sup>50</sup> Em 2001 44% das crianças não frequentavam os primeiros 4 anos de escolaridade obrigatória e 94% não frequentavam o segundo nível do ensino básico. Além disto, devido a entrada tardia no sistema de ensino, a maioria das crianças não frequentam a escola na idade apropriada, 91% das crianças de 11 anos ainda frequentam o primeiro nível do ensino básico (da 1ª a 4ª classes). Este atraso em relação a idade-classe gera uma série de consequências negativas para o sistema de ensino: a) o mesmo curriculum tinha que ser leccionado a crianças com idade escolar muito diferentes; b) os alunos estudam em salas superlotadas (em 2001, segundo o Ministério da Educação, cerca de 64 alunos por sala); c) a superlotação das salas de aula dificulta a entrada de novos alunos. Relatório do UNICEF e do INE. *MICS Inquérito de indicadores Múltiplos...* op.cit. p. 121-123.

<sup>51</sup> ALVES DA ROCHA, Manuel José. *Economia e Sociedade em Angola*. Op. Cit. p. 39.

<sup>52</sup> Ibid. p. 40

<sup>53</sup> Orçamento Geral do Estado da República de Angola. Exercício 2004 Ministério das Finanças

<sup>54</sup> Orçamento Geral do Estado da República de Angola. Exercício 2003. Ministério das Finanças;

<sup>55</sup> As agências privadas de colocação são licenciadas pela Direcção Nacional do Emprego e Formação Profissional.

<sup>56</sup> Órgão criado em 1998, absorvendo o INAFOP - Instituto Nacional de Formação Profissional, criado em 1992. O INEFOP integra a estrutura do MAPESS e tem sob sua dependência 33 Centros de Emprego, 13 Centros de Formação e 3 Centros de Reabilitação Profissional.

condições<sup>57</sup> de enviar para a escola todos os filhos, as raparigas eram direccionadas para as actividades domésticas. As raparigas que frequentam a escola enfrentam outros tipos de problemas relacionados a igualdade de oportunidades, como os estereótipos de género<sup>58</sup>, a necessidade de conjugar as tarefas escolares com as tarefas domésticas e a necessidade de contribuir com o sustento da família. Como consequência destes factores, a taxa de desistência escolar<sup>59</sup> das raparigas é muito elevada, cerca de 29%<sup>60</sup>. Em 1997 entre os adultos (mais de 19 anos) o deficit educacional era mais significativo, 43% das mulheres nunca frequentaram a escola, taxa extremamente alta, principalmente se comparada a masculina que é de 18%<sup>61</sup>. Apenas 18% das mulheres estudaram para além da 4ª classe em contraste com 37%<sup>62</sup> dos homens. Em 2001 apenas 54% das mulheres sabiam ler e escrever em contraste com 82% dos homens, o que significa que os homens tinham uma probabilidade 50% maior de serem alfabetizados. No grupo etário mais velho (mais de 65 anos) os homens tem uma probabilidade 150% maior de saberem ler e escrever<sup>63</sup>.

Além das questões relacionadas ao mercado de trabalho à baixa escolaridade impacta directamente na qualidade de vida das angolana e da sua família. Quase todas as mulheres que receberam educação secundária e superior ouviram falar de HIV/SIDA (96%), enquanto esta percentagem é menos da metade nas mulheres que não receberam nenhum tipo de educação (45%). Apenas 17% das mulheres das mulheres entre 15 e 49 anos de idade conhecem três formas de prevenir a transmissão do HIV<sup>64</sup>, o conhecimento sobre as três formas de prevenção do HIV é oito vezes mais elevado nas mulheres com educação secundária e superior do que nas que não tiveram acesso a educação<sup>65</sup>.

A prevalência da contracepção em Angola é de 6%, estando abaixo da média da África sub-saariana, que por sua vez é a mais baixa do mundo. As mulheres que frequentaram o ensino secundário têm probabilidade dez vezes maior de usarem contraceptivos do que as mulheres que não têm qualquer instrução. Esta tendência mantém para as mulheres casadas e mulheres em união de facto. Nessa categoria, as mulheres com um nível mais elevado de educação têm uma probabilidade 18 vezes maior

<sup>57</sup> De acordo com o inquérito do INE de 1998 sobre a disposição e a capacidade de pagar pelos serviços sociais básicos, os factores económicos constituíam a razão principal pela qual as crianças não frequentavam a escola. Entre aqueles que nunca tinham frequentado a escola, 32% apontaram como principal razão factores económicos (falta de dinheiro, necessidade de trabalhar ou exigências de dinheiro pela escola ou pelo professor). Estes factores também foram referidos como principal razão pelo abandono escolar (53% no 1º ano do ensino básico e 66% no segundo nível). Relatório das Nações Unidas. *Angola. Os desafios do pós-guerra...* op.cit. p. 31

<sup>58</sup> Os conteúdos, a linguagem usada, as ilustrações dos textos do ensino geral (primário, 2º e 3º níveis de ensino geral) reflectem e reforçam os estereótipos tradicionais de género. Os papéis atribuídos as raparigas são sempre secundários e meramente reprodutivo. Relatório de Progresso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio -MDG/NEPAD. Ministério do planeamento e Sistema das Nações Unidas em Angola. 2003. p. 43.

<sup>59</sup> A nível nacional, 79% dos rapazes que ingressam na 1ª classe atingem a 4ª classe, em contraste com 73% das raparigas. Relatório do UNICEF e do INE. *MICS Inquérito de indicadores Múltiplos...* op.cit. p. 123

<sup>60</sup> Relatório de Progresso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio....Op.Cit. p. 43.

<sup>61</sup> Para uma igualdade entre Homens e Mulheres em Angola... Op.Cit. p. 40.

<sup>62</sup> *Ibden.*

<sup>63</sup> Relatório do UNICEF e do INE. *MICS Inquérito de indicadores Múltiplos...* op.cit. p. 128.

<sup>64</sup> Nomeadamente o uso consistente de preservativos nas relações sexuais, ter apenas um parceiro fiel e não infectado e abster-se de ter relações sexuais

<sup>65</sup> Relatório do UNICEF e do INE. *MICS Inquérito de indicadores Múltiplos...* Op.Cit. p. 107

de usarem métodos de contracepção modernos do que as mulheres que nunca frequentaram o ensino. Esta tendência revela a relação entre os níveis mais elevados de educação e uma taxa de fecundidade reduzida. O deficit educacional gera assim um ciclo vicioso, o elevado índice de gravidez na adolescência (21% para as de 16 anos e 61% para as de 19 anos) e de fecundidade (em média, 7 crianças nascidas vivas por mulher; aos 18 anos um terço das mulheres angolanas já eram mães aos 20 este percentual sobe para 68%) associado à falta de programas de prevenção afasta as mulheres da escola. A baixa escolaridade contribui para o aumento da taxa de fecundidade<sup>66</sup>.

A saúde das crianças também está relacionada ao nível de escolaridade da mãe: crianças cujas mães possuem educação secundária ou superior são menos vulneráveis do que as crianças cujas mães tiveram acesso a educação; uma criança cuja mãe é iletrada tem uma probabilidade 60% maior de morrer antes de atingir cinco anos de idade<sup>67</sup>.

Ampliar o acesso da mulher angolana ao sistema educacional, implica repensar o investimento no sistema de ensino como um todo. De acordo com Freire, além de reconhecer que o actual sistema é injusto e excludente, o resgate da prática educativa é o meio para se alterar a realidade<sup>68</sup>. A necessidade de implantação de políticas de educação, qualificação e de re-qualificação profissional torna-se uma questão fundamental para a integração de género no mercado de Recursos Humanos e está relacionada à igualdade de acesso e frequência escolar e à formação profissional. Esta questão evidencia-se em relação à inclusão da mulher no mercado de trabalho em Angola, já que algumas potencialidades do emprego feminino se dão com base na elevação do nível médio de qualificação das mulheres, nomeadamente na área pública e nas áreas em perspectivas de expansão.

### **3.2. O papel exercido pela sociedade civil na inclusão da mulher angolana no mercado de trabalho**

As organizações da sociedade civil angolana vêm a desenvolver de forma contínua e sistemática, ainda que com uma abrangência limitada, acções que visam favorecer a angolana no mercado de trabalho. Destacam-se investigações e publicações referentes a mulher (apoiadas principalmente pela Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – Asdi) programas de sensibilização para a necessidade participação política e social (como os desenvolvidos pela ONG Mulheres, Paz e Desenvolvimento - MPD e pela Fundação Friedrich Hebert Stiftung), programas de micro-crédito (como o desenvolvido pela ONG internacional Development Workshop Angola – DW), apoio ao empreendedorismo (por meio Federação de Mulheres Empresárias de Angola – FMEA), acções de formação (desenvolvidas principalmente por organizações político partidárias como a OMA e a Liga da Mulher Angolana – LIMA) além de outras organizações que também trabalham com a questão da mulher.

O trabalho realizado pelas organizações da sociedade civil tem procurado despertar a consciência pública para a inclusão da mulher no mercado de trabalho.

---

<sup>66</sup> *Ibden* p. 14, 118-119.

<sup>67</sup> *Ibden*. p. 25.

<sup>68</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos* (São Paulo: UNESP, 2000).

Todavia as organizações da sociedade civil queixam-se constantemente da falta de participação do MINFAMU na elaboração dos programas, para além da falta de diálogo e de apoio do governo em geral, facto que condiciona a amplitude e alcance das suas acções.

Ressalta-se que embora as acções das organizações da Sociedade Civil sejam importantes para ajudar à inclusão da mulher no mercado de trabalho, estas não se poderão substituir às acções do Estado, devendo antes complementá-las. Esta ideia foi expressa à autora pela esmagadora maioria das organizações da sociedade civil a trabalharem nesta área, considerando que as acções desenvolvidas pela Sociedade Civil são importantes, mas não suficientes para permitir a completa inclusão da mulher no mercado de trabalho em condições de igualdade e justiça. O Estado não pode desresponsabilizar-se<sup>69</sup>.

### **3.3 Constrangimentos inerentes a natureza do sistema político-institucional angolano.**

Ainda que um pouco para além do escopo deste texto será ainda importante referir que a retomada da estabilidade político-económica em Angola é complexa e envolve outras questões estruturais a serem trabalhadas pela sociedade angolana, que perpassam a questão de género. Estas questões envolvem o aumento da participação da sociedade civil no processo de reconstrução nacional e a recuperação da credibilidade do governo angolano perante os cidadãos. Abaixo estão citadas algumas destas dificuldades:

1)“Accountability”: Não existe nenhum mecanismo formalmente estabelecido para dar conhecimento aos cidadãos da afectação dos recursos públicos. Não há prazos para a disponibilização de relatórios de prestação de contas. O Orçamento Geral do Estado não pode ser entendido como real indicador da afectação de recursos públicos já a inflação compromete a execução do orçamento. O Tribunal de Contas não tem poder de punir, é um organismo meramente consultivo<sup>70</sup>.

2) Sistema de Gestão Clientelista: nem todos os problemas da sociedade angolana podem ser atribuídos à guerra. O MPLA está no controlo do País desde a independência, detém a maioria no Poder Legislativo e o controlo do Executivo, e indica os Magistrados para o Judiciário. Todo o aparelho de Estado, alimentado pelas receitas petrolíferas (complementadas pelas receitas diamantíferas). serve uma lógica patrimonial de distribuição de benefícios e favores que permitem ao MPLA manter o poder. Até ao actual momento o Estado angolano não deu passos substanciais que indiquem a real passagem de uma estrutura monopartidária para a multipartidária. As acusações de

---

<sup>69</sup> De Agosto a Setembro de 2004 foram realizadas entrevistas a organizações como: Agency for Co-operation and Research in Development -ACORD, Development Workshop -DW, Mulheres, Paz e Desenvolvimento -MPD, Organização da Mulher Angolana -OMA, Liga da Mulher Angolana -LIMA, Rede Angola do Sector Micro Empresarial -RASME, Rede Mulher, União Nacional dos Trabalhadores de Angola -UNTA, Embaixada do Reino da Suécia, Centro de Estudos e Investigações Científicas da Universidade Católica de Angola -CEIC.

<sup>70</sup> Ver *Some transparency, no accountability, the use of oil revenue in Angola and its impact on Human Rights*, a report from Human Rights Watch, January 2004, vol. 16, no. 1 (este relatório expõe as discrepâncias entre receitas e despesas relacionadas ao petróleo);

corrupção, por organizações nacionais e internacionais afectam gravemente a credibilidade do governo<sup>71</sup>.

3) Dificuldades na efectivação da liberdade de expressão: em Angola existe apenas um jornal diário e dois canais abertos de televisão (TPA 1 e 2), ambos os meios de comunicação totalmente controlados pelo Estado com a informação claramente manipulada em favor do governo. Em relação à média radiofónica, em Luanda há emissoras privadas, mas a única emissora de rádio com alcance em todo o território angolano é a Rádio Nacional de Angola, também pública e também administrada pelo Estado. A Rádio Eclésia está a tentar ampliar a sua transmissão para todo o território, mas até agora tem sido impedida pelo governo que encontra todo o tipo de pretextos para inviabilizar tal pretensão. Outra questão a ser considerada, é que as transmissões da Rádio nacional são realizadas somente na língua portuguesa, o que dificulta o entendimento em algumas aldeias existentes no interior do País. Em 1998 as reuniões da Assembleia Nacional deixaram de ser transmitidas na íntegra pela televisão e pela rádio, o que passou a constituir uma dificuldade acrescida para a análise da população do trabalho realizado pelos seus representantes legítimos<sup>72</sup>.

## CONCLUSÃO

A discriminação das mulheres no mercado de trabalho é um obstáculo acrescido ao desenvolvimento económico, social e humano. As mulheres constituem a maioria da população angolana, são responsáveis pela estruturação do agregado familiar e contribuem fortemente para as receitas da família, tendo pois um peso importante a nível económico e social. Pese embora estes factos, em Angola as políticas públicas voltadas para a questão de género nunca foram uma prioridade. A instabilidade política na passagem da I para a II República trouxe enormes dificuldades para a integração da mulher no mercado formal de trabalho (para ascender na carreira, para qualificar-se, para ser reconhecida em termos de justiça e igualdade), ficando sobretudo relegada para o mercado informal, dominado pela insegurança, precaridade de condições e instabilidade. A discriminação e a desigualdade de oportunidades obstam não só ao desenvolvimento das mulheres, mas sobretudo e fundamentalmente ao desenvolvimento económico, social e humano do país como um todo, não sendo pois de estranhar a classificação do Relatório de Desenvolvimento Humano que em relação ao índice de desenvolvimento humano

<sup>71</sup> Ver entre outros, os seguintes relatórios: *Time for transparency, coming clean on oil, mining and gas revenues*, relatório da Global Witness, Março 2004. Angola está classificada em 133 numa lista internacional no que toca à corrupção (uma lista com 145 países, organizados do menos para o mais corrupto), publicada pela Transparency International, ver [www.transparencyinternational.com]; ver também McMillan, John, *The main institution in the country is corruption: creating transparency in Angola* (Stanford: Center on democracy, development and the rule of law, Stanford Institute of International Studies, February, 2005).

<sup>72</sup> Ver “Country profile Angola” in *An Assessment of Human Rights Defender initiatives in Southern Africa*, a report of the Netherlands Institute of Southern Africa – NiZA by Ahmed Motala, Nuno Vidal, Piers Pigou and Venitia Govender (Amsterdam: NiZA, June 2005), pp.47-62; ver também Jilani, Hina, *Promotion and protection of Human Rights, Human Rights Defenders*, a report submitted by the special representative of the Secretary General on the situation of Human Rights Defenders, Mission to Angola, 21, February 2005; also *Unfinished democracy: Media and Political Freedoms in Angola*, a report by Human Rights Watch, July 14, 2004 – expando várias violações de direitos humanos básicos como a liberdade de expressão, de associação e manifestação pacífica.



classifica Angola em 160 num conjunto de 177 países, isto apesar das suas riquezas naturais, tal como é realçado pelo próprio relatório, sendo que no índice de desenvolvimento relacionado com o género, aparece classificado em 124 num conjunto de 140<sup>73</sup>.

Tem por vezes existido uma tendência por parte de um conjunto significativo de actores institucionais envolvidos, em colocarem o ênfase da resolução deste problema nas chamadas organizações da sociedade civil, ainda que co-adjuvadas pelo Estado. Pese embora se deva reconhecer a importância das organizações da sociedade civil e da sua articulação com o Estado, temos de ter a consciência de que 15 anos após o início da transição para a economia de mercado e da chegada em massa das organizações internacionais e da emergência da sociedade civil angolana e mesmo considerando os enormes e meritórios esforços de todos estes actores, o facto é que o problema de fundo continua por resolver. O papel a todos os títulos secundário que o Estado tem assumido nesta matéria terá de ser invertido, cabendo-lhe assumir um maior protagonismo nesta batalha contra a exclusão e discriminação das mulheres no mercado de trabalho e consequentemente na sociedade. Ainda que co-adjuvado pelas organizações da sociedade civil e organizações internacionais será necessário que o Estado assuma a liderança deste processo por serem necessárias políticas públicas gerais que estabeleçam uma estratégia de actuação política nacional nesta matéria e que sirvam de enquadramento, coordenação e galvanização de todos os outros actores para este esforço que, em meu entender, condiciona qualquer projecto de desenvolvimento económico, social e humano da generalidade da sociedade angolana.

---

<sup>73</sup> Ver *Human Development Report* (New York: United Nations Development Programme, 2005), pp.125, 222, 302.